

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018



NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS
MENDES/RJ

ANEXO I

**ATO AUTORIZATIVO DE JUSTIFICATIVA DE OUTORGA, ACOMPANHADO DE
PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL (LEI Nº 8.987/95, art. 5º e art. 16)**

Ato justificativo - Conveniência de outorga de concessão para o serviço público de transporte coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes (RJ), caracterizando objeto, área e prazo, na forma da legislação em vigor.

O Prefeito Municipal de Mendes (RJ), no uso de suas atribuições legais, com fulcro no “caput” do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, torna público que irá deflagrar certame licitatório, objetivando nova modelação para o serviço público coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes, justificando-se a conveniência de outorga da concessão pelas razões que passa expor:

I – Fundamentação Jurídica

Artigo 175 da Constituição da República Federativa do Brasil: “Incumbe ao Poder Público, na forma de lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

Artigo 5º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995: “O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a concorrência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo”;

Caput do Artigo 2º da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995: “É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhes autorize e fixe os termos, dispensada lei autorizativa nos casos de saneamento básico e limpeza urbana e nos já referidos na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e Municípios, observado, em qualquer caso, os termos da Lei nº 8.987, de 1995”.



II – Motivação

Considerando não reunir a municipalidade condições de prestar, de forma direta, os serviços de transporte coletivo regular de passageiros, em virtude dos vultosos recursos que teriam de ser aportados na aquisição de bens e na contratação de pessoal especializado, bem como na aquisição ou locação de imóvel para abrigar toda a estrutura administrativa e operacional necessária, incluindo, contextualmente, o cumprimento de normas legais subjacentes à exploração do ramo de transporte público;

Considerando a necessidade de modernização dos serviços de transporte coletivo do Município de Mendes especialmente nos aspectos relacionados à renovação da frota, a implantação da integração tarifária, a ampliação das condições de acessibilidade aos portadores de deficiência física e mobilidade reduzida nos serviços e o fortalecimento dos instrumentos públicos de gestão e fiscalização, inclusive abrangendo o regime das gratuidades concedidas por lei; e

Considerando, por fim, que o transporte coletivo é um serviço essencial regido pelo princípio da atualidade.

Fica justificada e definida a necessidade de atualização do Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Município de Mendes, que se viabilizará através de processo seletivo, na modalidade Concorrência, tendo objeto, prazo e área, a saber:

Objeto: seleção da proposta mais vantajosa para a delegação, mediante concessão da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus, conforme Lei Municipal Autorizativa nº 1.169/2007.



PRAZO ORIGINÁRIO: 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão, na forma da Emenda nº 025, de 17 de setembro de 2015 a Lei Orgânica do Município de Mendes.

ÁREA: Toda a área urbana do Município de Mendes, sendo o sistema operacional distribuído através de linhas criadas por lei, podendo, por expansão ou alteração de itinerários, sofrer modificações em prol do seu aperfeiçoamento e/ou aprimoramento, a bem do interesse dos usuários do transporte público:

Linhas	Fundamentação Legal	Extensão Linha (ida e volta)
Centro x Ponte Preta (Parada Obrigatória)	Lei nº 1.169/2007	10,43 Km
Centro x Santa Rosa		7,03 Km
Centro x Oscar Rudger		6,21 Km
Centro x Nossa Senhora das Graças (Ventania)		7,19 Km
Centro x Ponte do Rocha		15,34 Km
Centro x Jabuticabeira		25,04 Km
Centro x Martins Costa		17,67 Km
Centro x Morsing		14,52 Km
Centro x Jardim		6,84 Km
Centro x Água Fria	Lei nº 1.879/2017	10,31 Km
Centro x Cruzeiro		2,42 Km
Centro x Bela Vista		3,33 Km
Centro x Falcão Dias		5,03 Km
Centro x Condomínio Mathias		5,65 Km
Centro x Vila Mariana		9,89 Km

A extensão das linhas (ida e volta) baseia-se em levantamento topográfico planialtimétrico com registro na respectiva entidade profissional, como impõe a legislação vigente. Por outro lado, a produção dessa prova técnica é exigível pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, eis que integra o rol dos subsídios elencados na Deliberação nº 280/2017. Norma esta que disciplina a forma de envio dos editais de licitações para exame e apreciação por parte daquela Excelsa Corte de Contas.

III – Artigo 5º e 16 da Lei Federal nº 8.987/1995

O caráter de exclusividade da outorga de concessão Serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros

O caráter de exclusividade da outorga de concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros é a solução adequada para permitir a disponibilização de transporte regular, contínuo, eficiente, seguro, atual, cortês e, principalmente, contribuirá para fixação de preço módico da tarifa, conforme inteligência do artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 8.987/95, como adiante se verifica.

A manutenção de política tarifária que não acarrete prejuízo para localidades de demandas do transporte público, que por suas peculiaridades e especificidades revelariam tarifas superiores de custeamento, a diversidade dos atendimentos que serão propostos na operação da rede, a possibilidade de modificação dos itinerários e a eventual expansão dos serviços ao longo de todo o período contratual, justifica adoção da exclusividade na prestação dos serviços.



O Município de Mendes tem uma população estimada em 18.111 habitantes, distribuídos em uma área total de 97 KM², correspondente a 3,2% da Região Centro-Sul Fluminense.

Por sua vez, em discussão a coerência e o acerto relacionado à exclusividade na operação do sistema, tem-se como notório o elevado índice populacional beneficiado por gratuidades no transporte público. Fator que, sobremaneira, exige do Poder Concedente uma avaliação criteriosa em virtude da relação jurídica submetida à cláusula de equilíbrio econômico e financeiro da contratação (outorga).

Soma-se a isso a realidade demonstrada pela concorrência promovida através do transporte alternativo, devendo ser reconhecida a expansão nacional e o agregar ao cotidiano da vida dos brasileiros. Circunstância, todavia, que provoca significativa redução da receita tarifária das operadoras do transporte coletivo urbano de passageiros.

Ainda dialogando a respeito da exclusividade no serviço público de transporte urbano de passageiros, as linhas que operam em localidades de baixa densidade populacional têm maior custo operacional, pois o sistema municipal abrange vias de nenhum ou de capeamento insatisfatório (absorvendo ruas, estradas e rodovias), áreas de topografia irregular, com viagens longas em períodos de baixa ocupação de lugares, entre outros reveses que aumentam as despesas e comprometem substancialmente a receita, implicando em prejuízos.

Com a decisão pela exclusividade o poder público municipal pretende que uma única operadora desenvolva os serviços de transporte coletivo urbano, para que sejam compensadas as perdas na operação das linhas deficitárias com os ganhos das linhas lucrativas, o que viabiliza os serviços e lhes confere o caráter social.



Não havendo o caráter da exclusividade inafastável será o estabelecimento de tarifas diferenciadas para manutenção do equilíbrio econômico financeiro de cada área.

Noutras palavras, ainda que computado o valor do subsídio tarifário e a redução da alíquota do ISSQN, haveria áreas que possuiriam tarifa superior àquela das demais, para que a operadora mantivesse o equilíbrio econômico e financeiro, ocasionando situação de injustiça social, tendo em vista que as linhas ou áreas que precisariam ter tarifa maior seriam, normalmente, aquelas que atendem áreas cujos usuários são de baixíssima renda.

Em questão a essencialidade dos serviços, a solução técnica e econômica mais adequada, é a adoção do caráter de exclusividade, assegurando a defesa dos interesses dos usuários, principalmente daquela parcela da população menos favorecida financeiramente.

Por complemento, a exclusividade na operação do sistema de transporte público está em sintonia com as diretrizes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A definição do número de operadoras recomendado se dá a partir de dois critérios, associando-se a estes a verificação da frequência de viagens definida para cada linha, a saber: a) baseia-se no volume de produção de uma linha (passageiro x quilômetro); b) a quantidade atual de empresas que operam em cada linha.

Observadas as sobreditas diretrizes, a pluralidade de operadoras tem lugar e justificativa a partir de 120.000 passageiros/mês (pagantes). O que, nem de longe, se aproxima do sistema operacional local que, em dias atuais, estima-se em 32.586 passageiros/mês (pagantes).

Com efeito, justifica-se a conveniência da outorga: “Concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros de Mendes (RJ)”, ratificando que os serviços serão prestados de forma que mantenham satisfeitas condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança,



atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas, pontuando que os critérios de avaliação serão estabelecidos pelo Poder Concedente, com avaliação pleno apoio da população.

III - Publicidade

Promova-se a publicação do ato justificativo (artigos 5º e 16, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995), cientificando sua edição a Douta Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva (Núcleo Vassouras) e o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2018.



ROGERIO RIENTE
Prefeito

Processo nº. 3702/2018

INTIMAÇÃO: CAMEPEL COMÉRCIO DE PAPEIS EIRELI ME, CNPJ/MF Nº 18.631.695/0001-75; SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA EPP; CNPJ/MF Nº 18.589.619/0001-49; MAGAZIN PARIS VIDA AO VIVO LTDA, CNPJ/MF Nº 32.303.349/0001-99; IRM MATHIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ/MF Nº 19.314.449/0001-52; LBT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI EPP, CNPJ/MF Nº 13.093.483/0001-68; VIBHUTI COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ/MF Nº 00.710.985/0001-49; JMG REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME, CNPJ/MF Nº 15.799.068/0001-50 E ONIX BRASIL COMERCIAL LTDA EPP, CNPJ/MF Nº 02.119.775/0001-06.

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos e outros materiais necessários ao atendimento das unidades de ensino da Rede Municipal. **Reinício da fase de julgamento da habilitação e abertura de prazo para intenção de interposição de recurso.** Data: 17/09/2018 às 10 h (horário de Brasília). Local da realização da sessão pública: "Pregão Eletrônico": SITE: www.caixa.gov.br (<http://www.licitacoes.caixa.gov.br>). Com relação aos itens de nº 03, 05, 07, 08, 09, 10, 14, 18, 19, 20, 23 e 25 da Sociedade Empresária LBT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS EIRELI EPP, caso alguma empresa queira manifestar a intenção de recurso, esta manifestação deverá ser feita através do e-mail: cplmendes@hotmail.com, tendo em vista que por problemas técnicos operacionais a sociedade empresária não consegue mais acessar o sistema da Caixa Econômica Federal desde o dia 31/08/2018 após a fase de lances, que em virtude disso não consegue anexar a proposta readequada, ocasionando a não possibilidade de abertura de prazo no sistema de intenção recursal para esses itens. A Sociedade Empresária encaminhou a documentação e proposta readequada via e-mail com o posterior envio via correio. A falta de manifestação no sistema bem como via e-mail no horário de 10:00 às 10:30 do dia 17/09/2018, ocasionará o prosseguimento do certame para a fase de homologação.

Mendes/RJ, 12 de setembro de 2018.

MÁRCIA NASCIMENTO MORAES SANTOS.
Pregoeira

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador: 8118A02C

GABINETE DO PREFEITO ATO JUSTIFICATIVO DE OUTORGA

Ato justificativo - Conveniência de outorga de concessão para o serviço público de transporte coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes (RJ), caracterizando objeto, área e prazo, na forma da legislação em vigor.

O Prefeito Municipal de Mendes (RJ), no uso de suas atribuições legais, com fulcro no "caput" do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, torna público que irá deflagrar certame licitatório, objetivando nova modelação para o serviço público coletivo regular de passageiros na circunscrição do Município de Mendes, justificando-se a conveniência de outorga da concessão pelas razões que passa expor:

I – Fundamentação Jurídica

Artigo 175 da Constituição da República Federativa do Brasil: "Incumbe ao Poder Público, na forma de lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos".

Artigo 5º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995: "O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a concorrência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo";

Caput do Artigo 2º da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995: "É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios executarem obras e serviços públicos por meio de concessão e permissão de serviço público, sem lei que lhes autorize e fixe os termos, dispensada lei autorizativa nos casos de saneamento básico e limpeza urbana e nos já referidos na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e Municípios, observado, em qualquer caso, os termos da Lei nº 8.987, de 1995".

II – Motivação

Considerando não reunir a municipalidade condições de prestar, de forma direta, os serviços de transporte coletivo regular de passageiros, em virtude dos vultosos recursos que teriam de ser aportados na aquisição de bens e na contratação de pessoal especializado, bem como na aquisição ou locação de imóvel para abrigar toda a estrutura administrativa e operacional necessária, incluindo, contextualmente, o cumprimento de normas legais subjacentes à exploração do ramo de transporte público;

Considerando a necessidade de modernização dos serviços de transporte coletivo do Município de Mendes especialmente nos aspectos relacionados à renovação da frota, a implantação da integração tarifária, a ampliação das condições de acessibilidade aos portadores de deficiência física e mobilidade reduzida nos serviços e o fortalecimento dos instrumentos públicos de gestão e fiscalização, inclusive abrangendo o regime das gratuidades concedidas por lei; e

Considerando, por fim, que o transporte coletivo é um serviço essencial regido pelo princípio da atualidade.

Fica justificada e definida a necessidade de atualização do Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Município de Mendes, que se viabilizará através de processo seletivo, na modalidade Concorrência, tendo objeto, prazo e área, a saber:

Objeto: seleção da proposta mais vantajosa para a delegação, mediante concessão da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus, conforme Lei Municipal Autorizativa nº 1.169/2007.

PRAZO ORIGINÁRIO: 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão, na forma da Emenda nº 025, de 17 de setembro de 2015 a Lei Orgânica do Município de Mendes.

ÁREA: Toda a área urbana do Município de Mendes, sendo o sistema operacional distribuído através de linhas criadas por lei, podendo, por expansão ou alteração de itinerários, sofrer modificações em prol do seu aperfeiçoamento e/ou aprimoramento, a bem do interesse dos usuários do transporte público:

Linhas	Fundamentação Legal	Extensão (ida e volta)
Centro x Ponte Preta (Parada Obrigatória)	Lei nº 1.169/2007	10,43 Km
Centro x Santa Rosa		7,03 Km
Centro x Oscar Rudger		6,21 Km
Centro x Nossa Senhora das Graças (Ventania)		7,19 Km
Centro x Ponte do Rocha		15,34 Km
Centro x Jabuticabeira		25,04 Km
Centro x Martins Costa		17,67 Km
Centro x Morsing		14,52 Km
Centro x Jardim	Lei nº 1.879/2017	6,84 Km
Centro x Água Fria		10,31 Km
Centro x Cruzeiro		2,42 Km
Centro x Bela Vista		3,33 Km
Centro x Falcão Dias		5,03 Km
Centro x Condomínio Mathias		5,65 Km
Centro x Vila Mariana		9,89 Km

A extensão das linhas (ida e volta) baseia-se em levantamento topográfico planialtimétrico com registro na respectiva entidade profissional, como impõe a legislação vigente. Por outro lado, a produção dessa prova técnica é exigível pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, eis que integra o rol dos subsídios elencados na Deliberação nº 280/2017. Norma esta que disciplina a forma de envio dos editais de licitações para exame e apreciação por parte daquela Excelência Corte de Contas.

III – Artigo 5º e 16 da Lei Federal nº 8.987/1995**O caráter de exclusividade da outorga de concessão Serviço público de transporte coletivo urbano de passageiro**

O caráter de exclusividade da outorga de concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros é a solução adequada para permitir a disponibilização de transporte regular, contínuo, eficiente, seguro, atual, cortês e, principalmente, contribuirá para fixação de preço módico da tarifa, conforme inteligência do artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 8.987/95, como adiante se verifica

A manutenção de política tarifária que não acarrete prejuízo para localidades de demandas do transporte público, que por suas peculiaridades e especificidades revelariam tarifas superiores de custeamento, a diversidade dos atendimentos que serão propostos na operação da rede, a possibilidade de modificação dos itinerários e a eventual expansão dos serviços ao longo de todo o período contratual, justifica adoção da exclusividade na prestação dos serviços.

O Município de Mendes tem uma população estimada em 18.111 habitantes, distribuídos em uma área total de 97 KM2, correspondente a 3,2% da Região Centro-Sul Fluminense.

Por sua vez, em discussão a coerência e o acerto relacionado à exclusividade na operação do sistema, tem-se como notório o elevado índice populacional beneficiado por gratuidades no transporte público. Fator que, sobremaneira, exige do Poder Concedente uma avaliação criteriosa em virtude da relação jurídica submetida à cláusula de equilíbrio econômico e financeiro da contratação (outorga).

Soma-se a isso a realidade demonstrada pela concorrência promovida através do transporte alternativo, devendo ser reconhecida a expansão nacional e o agregar ao cotidiano da vida dos brasileiros. Circunstância, todavia, que provoca significativa redução da receita tarifária das operadoras do transporte coletivo urbano de passageiros.

Ainda dialogando a respeito da exclusividade no serviço público de transporte urbano de passageiros, as linhas que operam em localidades de baixa densidade populacional têm maior custo operacional, pois o sistema municipal abrange vias de nenhum ou de capeamento insatisfatório (absorvendo ruas, estradas e rodovias), áreas de topografia irregular, com viagens longas em períodos de baixa ocupação de lugares, entre outros reveses que aumentam as despesas e comprometem substancialmente a receita, implicando em prejuízos

Com a decisão pela exclusividade o poder público municipal pretende que uma única operadora desenvolva os serviços de transporte coletivo urbano, para que sejam compensadas as perdas na operação das linhas deficitárias com os ganhos das linhas lucrativas, o que viabiliza os serviços e lhes confere o caráter social.

Não havendo o caráter da exclusividade inafastável será o estabelecimento de tarifas diferenciadas para manutenção do equilíbrio econômico financeiro de cada área.

Noutras palavras, ainda que computado o valor do subsídio tarifário e a redução da alíquota do ISSQN, haveria áreas que possuiriam tarifa superior àquela das demais, para que a operadora mantivesse o equilíbrio econômico e financeiro, ocasionando situação de injustiça social, tendo em vista que as linhas ou áreas que precisariam ter tarifa maior seriam, normalmente, aquelas que atendem áreas cujos usuários são de baixíssima renda.

Em questão a essencialidade dos serviços, a solução técnica e econômica mais adequada, é a adoção do caráter de exclusividade, assegurando a defesa dos interesses dos usuários, principalmente daquela parcela da população menos favorecida financeiramente.

Por complemento, a exclusividade na operação do sistema de transporte público está em sintonia com as diretrizes da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A definição do número de operadoras recomendado se dá a partir de dois critérios, associando-se a estes a verificação da frequência de viagens definida para cada linha, a saber: a) baseia-se no volume de produção de uma linha (passageiro x quilômetro); b) a quantidade atual de empresas que operam em cada linha.

Observadas as sobreditas diretrizes, a pluralidade de operadoras tem lugar e justificativa a partir de 120.000 passageiros/mês (pagantes). O

que, nem de longe, se aproxima do sistema operacional local que, em dias atuais, estima-se em 32.586 passageiros/mês (pagantes).

Com efeito, justifica-se a conveniência da outorga: “Concessão do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros de Mendes (RJ)”, ratificando que os serviços serão prestados de forma que mantenham satisfeitas condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas, pontuando que os critérios de avaliação serão estabelecidos pelo Poder Concedente, com avaliação pleno apoio da população.

III - Publicidade

Promova-se a publicação do ato justificativo (artigos 5º e 16, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995), cientificando sua edição a Douta Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva (Núcleo Vassouras) e o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2018.

ROGERIO RIENTE

Prefeito

Publicado por:
Cristiane Silva Figueira
Código Identificador:CD3AAF4C

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS
RELATÓRIO DIÁRIO DE PERÍCIA MÉDICA

Data da Perícia – 11/09/2018

Secretaria Municipal de Educação

SERVIDOR	MATRÍCULA	TOTAL DE DIAS	PERÍODO DA LICENÇA		TIPO LICENÇA	DE
Eloisa de Almeida Souza Telles	100426-3	120	30/08/2018	27/12/2018	Médica	
Conceição Aparecida R. da S. Santos	100820-0	65	22/08/2018	25/10/2018	Médica	
Fátima da Silva Oliveira*	100368-2	30	29/08/2018	27/09/2018	Médica	
Rosângela da Silva Machado*	101344-0	30	20/08/2018	18/09/2018	Médica	
Daniela Diniz Pereira	101458-7	30	29/10/2018	27/09/2018	Médica	

Secretaria Municipal de Obras

SERVIDOR	MATRÍCULA	TOTAL DE DIAS	PERÍODO DA LICENÇA		TIPO LICENÇA	DE
Hilton Alves	100608-8	64	25/07/2018	26/09/2018	Médica	
Carla Sabrina dos Santos	101098-0	209	19/07/2018 a 16/08/2018	17/08/2018 a 12/02/2019	Médica Maternidade	c
Alan Carlos de Oliveira Silva*	100414-0	90	27/08/2018	24/11/2018	Médica	

Secretaria Municipal de Saúde

SERVIDOR	MATRÍCULA	TOTAL DE DIAS	PERÍODO DA LICENÇA		TIPO LICENÇA	DE
Antônio Claudio Vieira Cabral	101263-0	-----	-----	-----	Médica - Alta	
Juliane da Silveira Jasmim	110430-6	22	08/08/2018	29/08/2018	Médica	
Gabriela da S. Calixto Mandaro*	110487-0	30	01/09/2018	30/09/2018	Médica	

Publicado por:
Tayana Monsore Lavinas
Código Identificador:0E5DBF6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA de Registro de Preços nº: 006/2018